

# SUMÁRIO

---

NOTA DO AUTOR À 3ª EDIÇÃO .....	9
1. INTRODUÇÃO .....	23
1.1. Gênese do mandado de segurança .....	23
1.1.1. Ação anulatória de 1894.....	23
1.1.2. Utilização extensiva do <i>habeas corpus</i> .....	24
1.1.3. Redução do campo de incidência do <i>habeas corpus</i> .....	25
1.1.4. Proteção dos direitos pessoais mediante ação possessória .....	26
1.1.5. Primeiros esforços legislativos para criação do mandado de segurança .....	27
1.1.6. Criação definitiva do instituto .....	28
1.2. Evolução do instituto.....	30
1.2.1. Diversos períodos políticos influenciadores do mecanismo .....	30
1.2.2. Dificuldade de assimilação do mandado de segurança .....	30
1.2.3. Sistemas de direito e o poder dos juízes.....	31
1.2.4. Prevalência da tutela específica.....	32
1.2.5. Ruptura democrática .....	34
1.2.6. O Código de Processo Civil de 1939.....	35
1.2.7. Restabelecimento da democracia .....	35
1.2.8. A lei basilar do mandado de segurança .....	36
1.2.9. A Constituição de 1967 e o Código de Processo Civil de 1973 .....	37
1.2.10. A Constituição de 1988 .....	38
1.3. Natureza jurídica e conceito .....	39
1.3.1. Efetividade do mecanismo .....	39
1.3.2. O direito tutelado como identificador da natureza jurídica da ação ...	39

1.3.3.	Mandado de segurança como ação civil .....	40
1.3.4.	Postulação em juízo para ressarcimento da lesão e tutela mandamental .....	43
1.3.5.	Tutela inibitória .....	45
1.3.6.	Poderes do juiz.....	47
1.3.7.	Conceito de mandado de segurança.....	48
1.4.	Direito amparável.....	49
1.4.1.	Direito certo e incontestável .....	49
1.4.2.	Direito líquido e certo.....	51
1.4.3.	Os dois aspectos geradores do direito líquido e certo.....	52
1.5.	Os contornos normativos.....	53
1.5.1.	Autossuficiência constitucional do mandado de segurança.....	53
1.5.2.	Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil.....	55
1.5.3.	Necessidade de um novo texto normativo .....	57
1.5.4.	A lei em vigor do mandado de segurança.....	58
1.5.5.	O Código de Processo Civil de 2015 e o mandado de segurança.....	59
2.	FASE POSTULATÓRIA .....	63
2.1.	Petição inicial e seus requisitos .....	63
2.1.1.	Pedido apresentado mediante petição subscrita por advogado .....	63
2.1.2.	Liberalidade postulatória do <i>habeas corpus</i> .....	65
2.1.3.	Necessidade do expresso consentimento no mandado de segurança .....	66
2.1.4.	Requisitos da petição inicial e sua correta interpretação .....	67
2.1.5.	Novo requisito da petição inicial: indicação de pessoa jurídica .....	68
2.2.	O juízo a que é dirigida a petição .....	70
2.2.1.	A indelegável jurisdição e o princípio do juiz natural.....	70
2.2.2.	CrITÉRIOS de fixação da competência em mandado de segurança .....	72
2.3.	Parte impetrante.....	76
2.3.1.	Legitimidade ativa.....	76

2.3.2.	Estrangeiro .....	77
2.3.3.	Entes dotados de personalidade judiciária .....	78
2.3.4.	Pessoas jurídicas de direito público .....	78
2.3.4.1.	Entes da federação como impetrantes em razão da nova competência do Superior Tribunal de Justiça.....	80
2.3.5.	Morte do impetrante .....	81
2.3.6.	Substituição processual no mandado de segurança .....	83
2.3.6.1.	Substituição processual por omissão do primeiro interessado.....	84
2.3.6.2.	Mandado de segurança coletivo .....	85
2.4.	Autoridade impetrada .....	91
2.4.1.	Legitimidade passiva .....	91
2.4.1.1.	A pessoa jurídica interessada e o litisconsórcio passivo facultativo.....	92
2.4.2.	Identificação do responsável pelo ato atacado .....	95
2.4.3.	Autoridade judicial .....	96
2.4.4.	Atos diferenciados: complexos, compostos e de colegiado.....	104
2.5.	Fatos incontroversos .....	105
2.5.1.	O primeiro requisito para a configuração do direito líquido e certo ....	105
2.5.2.	Instrução do feito nas ações em geral.....	105
2.5.3.	Impossibilidade de instrução no mandado de segurança.....	106
2.6.	Fundamentos jurídicos relevantes.....	108
2.6.1.	O segundo requisito para a configuração do direito líquido e certo....	108
2.6.2.	Invalidação dos atos da administração pública.....	108
2.6.3.	Ideia inicial do controle dos atos da administração pública .....	111
2.6.4.	Concepção moderna do controle dos atos da administração pública .....	112
2.6.5.	Extensão do controle dos atos da administração pública por meio do mandado de segurança .....	115

2.7.	Prova exclusivamente documental e pré-constituída .....	116
2.7.1.	Momento processual para a prova ser estabelecida.....	116
2.7.1.2.	Medida cautelar de exibição de documento .....	116
2.7.2.	Caracterização do que seja prova documental.....	118
2.8.	Pedido de tutela específica.....	122
2.8.1.	Tutela corretiva e tutela de preservação.....	122
2.8.2.	Direito fundamental à tutela específica .....	124
2.9.	Valor da causa .....	126
2.9.1.	Critério da equivalência econômica na atribuição do valor da causa. ....	126
2.9.2.	Falta de equivalência econômica na tutela mandamental .....	127
2.9.3.	Critério de atribuição do valor da causa em mandado de segurança ...	127
2.9.4.	Valor inestimável da causa .....	128
2.9.5.	Efeitos processuais ao se atribuir o valor da causa.....	132
3.	FASE DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE.....	143
3.1.	Exame prévio dos requisitos de validade do processo e de regularidade da ação .....	143
3.1.1.	Primeiro contato do juiz com o processo .....	143
3.1.2.	Pressupostos processuais .....	145
3.1.3.	Condições da ação.....	146
3.1.4.	Os dois grandes grupos de requisitos de validade do processo e de regularidade da ação de mandado de segurança .....	148
3.2.	Vícios remediáveis: emenda à petição inicial .....	149
3.2.1.	Ausência de instrumento de mandato .....	149
3.2.2.	Ausência de endereço eletrônico e não eletrônico do advogado .....	150
3.2.3.	Indicação equivocada da autoridade tida como coatora .....	151
3.2.3.1.	Teoria da encampação e seus efeitos .....	151
3.2.4.	Não indicação de pessoa jurídica interessada .....	154
3.2.5.	Não indicação do endereço eletrônico da parte impetrante, da autoridade impetrada e da pessoa jurídica interessada.....	155

3.2.6.	Ausência ou equívoco na atribuição do valor da causa .....	156
3.2.7.	Ausência de pedido ou causa de pedir .....	156
3.2.8.	Pedidos incompatíveis entre si .....	157
3.2.9.	Não decorrência lógica da conclusão .....	157
3.3.	Defeitos insanáveis: remessa ao juízo competente ou indeferimento da petição inicial .....	157
3.3.1.	Incompetência do juízo .....	158
3.3.2.	Ilegitimidade da parte impetrante .....	159
3.3.3.	Ausência de interesse de agir .....	160
3.3.3.1.	Ausência superveniente de interesse de agir (perda de objeto da ação) .....	161
3.3.4.	O ato atacado não é de autoridade.....	162
3.3.5.	Os fatos se mostram controversos.....	167
3.3.6.	Direito amparável por <i>habeas corpus</i> ou <i>habeas data</i> .....	169
3.3.7.	Intempestividade (decadência) .....	170
3.3.7.1.	Natureza decadencial do prazo de cento e vinte dias.....	171
3.3.7.2.	Constitucionalidade do prazo decadencial.....	172
3.3.7.3.	Contagem do prazo decadencial .....	174
3.4.	Julgamento de improcedência liminar de mérito .....	176
3.4.1.	Sentença de improcedência liminar do pedido.....	176
3.4.1.1.	Precedentes (teses vinculantes) em mandado de segurança.....	179
3.4.2.	Sentença que reconhece a ocorrência de decadência ou prescrição .....	182
4.	FASE DA TUTELA PROVISÓRIA (LIMINAR) .....	187
4.1.	Tutela provisória em mandado de segurança .....	187
4.1.1.	Mandado de segurança e a suspensão do ato .....	189
4.1.2.	A chamada “liminar” em mandado de segurança .....	190
4.1.3.	Suspensão do ato ao despachar a petição inicial .....	192
4.1.4.	Momentos processuais para a concessão de tutela provisória.....	193

4.1.5.	Identificação da natureza jurídica da tutela provisória em mandado de segurança .....	195
4.2.	Tutela provisória de urgência .....	198
4.2.1.	Tutela provisória de urgência cautelar .....	199
4.2.2.	Tutela provisória de urgência antecipada.....	201
4.2.3.	Tutela cautelar ou antecipada requerida em caráter antecedente.....	203
4.3.	Tutela provisória da evidência .....	205
4.4.	Poder geral de cautela e dever geral de contracautela .....	207
4.4.1.	Exigência ou fixação de contracautelas nas tutelas provisórias.....	207
4.4.2.	Contracautelas na tutela provisória em mandado de segurança .....	208
4.4.2.1.	Contracautela judicial: exigência de caução, fiança, depósito e outras medidas fixadas pelo juiz .....	209
4.4.2.2.	Contracautela legal: vedação ou limitação de tutela provisória previstas em lei .....	212
4.4.2.3.	Contracautela social: medida adotada por presidentes de tribunais visando evitar danos à coletividade .....	223
4.5.	Recorribilidade da tutela provisória .....	233
4.5.1.	Agravo de instrumento .....	234
4.5.2.	Agravo interno.....	236
4.5.2.1.	A equivocada ideia de irrecorribilidade da decisão do relator .....	236
4.5.2.2.	A impugnação da decisão do relator por agravo interno ....	238
5.	FASE DE DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO .....	243
5.1.	Notificação da autoridade impetrada .....	243
5.1.1.	Chamamento da autoridade ao processo e consequências .....	243
5.1.2.	A estrutura das informações .....	247
5.1.3.	Ausência de informações ou apresentação fora do prazo .....	248
5.2.	Formação de litisconsórcio.....	249
5.2.1.	Classificação do litisconsórcio .....	249
5.2.2.	Litisconsórcio ativo facultativo ulterior .....	250

5.2.3.	Litisconsórcio passivo facultativo .....	253
5.3.	Intervenção de terceiros.....	254
5.3.1.	Oposição, nomeação à autoria e assistência .....	254
5.3.2.	Denúnciação da lide e chamamento ao processo .....	256
5.4.	Impossibilidade de transformar em comum o procedimento especial .....	256
5.5.	A não autorização de incidentes processuais .....	258
5.6.	Ministério Público em mandado de segurança .....	258
6.	FASE DE JULGAMENTO .....	265
6.1.	Sentença em mandado de segurança .....	265
6.1.1.	Sentença extintiva.....	267
6.1.2.	Reingresso da ação e prevenção do juízo.....	267
6.1.3.	Reingresso da ação e coisa julgada material.....	269
6.1.4.	Ação de obrigação de fazer e de não fazer .....	271
6.1.5.	Classificação quinária das sentenças e o fenômeno da eficácia.....	273
6.1.6.	Eficácia processual como eixo da jurisdição .....	281
6.1.7.	Tutela específica: corretiva ou de preservação.....	287
6.2.	Julgamento originário em tribunal.....	290
6.3.	Sucumbência .....	291
6.3.1.	Custas processuais .....	291
6.3.2.	Honorários advocatícios .....	292
6.4.	Efeitos do julgamento em relação a fatos futuros .....	294
6.4.1.	Relações jurídicas continuativas .....	294
6.4.2.	A reclamação constitucional .....	295
7.	FASE DE EXECUÇÃO (CUMPRIMENTO DE SENTENÇA).....	303
7.1.	Execução provisória (cumprimento provisório de sentença) .....	304
7.1.1.	Processamento .....	305
7.1.2.	Carta de sentença .....	307
7.1.3.	Contracautelas .....	308
7.1.4.	Inconstitucionalidade na restrição dessa fase .....	310

7.2.	Execução definitiva (cumprimento definitivo de sentença) .....	311
7.2.1.	Tutela específica.....	312
7.2.2.	Descumprimento da decisão judicial .....	313
8.	FASE DE REEXAME DO JULGAMENTO (REMESSA NECESSÁRIA E RECURSOS).....	319
8.1.	Limites no reexame de julgamentos .....	320
8.1.1.	Grau de jurisdição e instância .....	320
8.1.2.	Instâncias ordinárias e instância especial .....	323
8.2.	Remessa necessária e eficácia da decisão de primeiro grau .....	324
8.3.	Recurso de apelação.....	326
8.4.	Recurso ordinário constitucional.....	327
8.5.	Recursos especial e extraordinário.....	329
8.6.	A título de encerramento: da estrada à esfera .....	333
	ÍNDICE SISTEMÁTICO.....	335
	BIBLIOGRAFIA.....	343